

HIDROVIAS DO BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Hidrovias do Brasil S.A. ("Companhia"), companhia aberta categoria "A", foi constituída em 18 de agosto de 2010 e possui sua sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, 215 - 7º andar - Pinheiros, podendo, por deliberação do Conselho de Administração, abrir filiais, agências e estabelecimentos em qualquer parte do Brasil ou no exterior. A Companhia tem por objeto social atividades de logística e infraestrutura hidroviária, rodoviária e multimodal, no Brasil e no exterior, incluindo as listadas a seguir, bem como a participação societária em sociedades que exerçam tais atividades:

- a) Transporte de mercadorias.
- b) Construção e exploração de portos, terminais de carga, estaleiros, oficinas e entrepostos.
- c) Navegação fluvial e marítima, cabotagem e armazenamento de mercadorias.
- d) Prestação de serviços de logística, diretamente ou por intermédio de terceiros.
- e) Outras atividades correlatas ou de qualquer forma relacionadas ao seu objeto social.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social em até R\$1.720.000 por deliberação do Conselho de Administração e independente de reforma estatutária, nos termos do artigo 168 da Lei nº 6.404/76.

A Companhia é parte interveniente no acordo de acionistas que regula os termos e condições da relação entre os acionistas e, indiretamente, nas empresas nas quais a Companhia possua e venha a possuir investimentos, incluindo o exercício de direito de voto, a participação dos acionistas na administração, a obrigação de cada acionista de integralizar o capital subscrito, acordos relativos a futuras capitalizações e algumas outras restrições para a transferência das ações ou títulos equivalentes emitidos pela Companhia.

A Companhia possui participação acionária direta, indireta e controle em conjunto nas empresas abaixo:

- Hidrovias do Brasil - Holding Norte S.A. ("Hidrovias do Norte"), holding domiciliada no Norte do Brasil, tem por objetivo principal a participação no capital de outras sociedades.
- Hidrovias do Brasil - Vila do Conde S.A. ("HB Vila do Conde"), tem por objetivo social a construção, a operação e a exploração de terminais multipropósitos e multimodais próprios ou de terceiros, de uso privativo, misto ou público, e a movimentação e armazenagem de mercadorias destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, rodoviário e ferroviário, além da execução de quaisquer atividades afins, correlatas, acessórias ou complementares às descritas anteriormente, na região de Barcarena, Estado do Pará, podendo também participar de outras empresas que atuem nestes ramos, na qualidade de sócia acionista ou consorciada, ou por meio de outras modalidades de investimento.

- Hidrovias do Brasil - Miritituba S.A. ("HB Miritituba"), tem por objeto social a construção, operação e exploração de terminais multipropósitos e multimodais próprios ou de terceiros, de uso privativo, misto ou público, além da execução de quaisquer atividades afins, correlatas, acessórias ou complementares às descritas anteriormente, na região de Itaituba, Estado do Pará, podendo também participar de outras empresas que atuem nestes ramos, na qualidade de sócia acionista ou consorciada, ou por meio de outras modalidades de investimento.
- Hidrovias do Brasil - Marabá S.A. ("HB Marabá"), empresa pré-operacional, tem por objeto social a construção, operação e exploração de terminais multipropósitos e multimodais próprios ou de terceiros, de uso privativo, misto ou público, além da execução de quaisquer atividades afins, correlatas, acessórias ou complementares às descritas anteriormente, na região de Marabá, Estado do Pará, podendo também participar de outras empresas que atuem nestes ramos, na qualidade de sócia acionista ou consorciada, ou por meio de outras modalidades de investimento.
- Hidrovias do Brasil - Navegação Norte S.A. ("HB Navegação Norte"), tem por objeto social a exploração do serviço de transporte hidroviário de carga geral, graneis líquidos e sólidos; prestação de serviços de operações portuárias, cargas e descargas de barcas e serviços de armazenagem de cargas; o serviço de transporte de carga geral e graneis sólidos na navegação do interior de percurso longitudinal intermunicipal, interestadual e internacional; a prestação de serviço de navegação interior, o transporte, o armazenamento e o transbordo de carga geral, graneis sólidos e graneis líquidos.

Em agosto de 2017 foi constituída filial com a finalidade de Operação de Transporte Multimodal – OTM.

- Hidrovias do Brasil – Intermediação e Agenciamento de Serviços Ltda. ("HB Intermediação") tem por objeto social a intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários, além da execução de quaisquer atividades afins, correlatas, acessórias ou complementares às descritas anteriormente.
- Hidrovias do Brasil – Cabotagem Ltda. ("HB Cabotagem") tem por objeto social o transporte marítimo de longo curso – Carga e transporte por navegação interior de carga, intermunicipal, interestadual, e internacional exceto travessia.
- Obrinel S.A. ("Obrinel"), domiciliada no Uruguai, tem por objetivo principal operar um terminal especializado de carga de granel sólido, nas instalações do Porto de Montevideo (Terminal de Graneles Montevideu - TGM).

A Obrinel detém concessão por prazo determinado de 20 anos, aprovado e autorizado pela Agência Nacional de Portos - ANP do Uruguai, por meio do Concurso Público nº 1/05. No contrato de concessão está definido que o Poder Executivo poderá estabelecer tarifas para os serviços portuários dependendo do nível de competitividade, além de, conceder o direito de solicitar renovação por um período adicional de até 10 anos, renegociando novas condições.

- Hidrovias del Sur S.A. ("Hidrovias del Sur"), holding domiciliada no Uruguai, tem por objetivo principal a participação no capital de outras sociedades.
- Baloto S.A. ("Baloto"), holding domiciliada no Uruguai, tem por objetivo principal a participação em 49% do capital da Obrinel S.A. ("joint venture").
- Girocantex S.A. ("Girocantex") e Girocantex S.A. - Filial no Paraguai ("Girocantex Paraguai"), empresas operacionais domiciliadas no Uruguai e Paraguai, têm por objetivo principal o transporte fluvial de mercadorias.

- Hidroviias del Paraguay S.A. ("Hidroviias del Paraguay"), empresa operacional domiciliada no Paraguai, tem por objetivo principal atividades comerciais relacionadas com o transporte por via fluvial.
- Pricolpar S.A. ("Pricolpar"), empresa operacional domiciliada no Paraguai, tem por objetivo principal atividades comerciais relacionadas com o transporte por via fluvial.
- Cikelsol S.A. ("Cikelsol"), empresa operacional domiciliada no Uruguai, tem por objetivo principal o arrendamento de ativos de navegação e transporte fluvial de mercadorias no exterior (Paraguai).
- Limday S.A. ("Limday"), empresa operacional domiciliada no Uruguai, tem por objetivo principal o transporte de polpa de celulose das instalações portuárias de Fray Bentos para o terminal portuário localizado em Nova Palmira, Uruguai.
- Resflir S.A. ("Resflir"), empresa operacional domiciliada no Uruguai, tem por objetivo principal o arrendamento de ativos de navegação.

Aspectos regulatórios

Em 7 de dezembro de 2012, foi publicado no Diário Oficial da União, a Medida Provisória nº 595, de 6 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a exploração direta e indireta, pela União, de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, e outras providências. Referida Medida Provisória foi convertida em Lei em 5 de junho de 2013 (Lei nº 12.815).

Em 21 de fevereiro de 2013, o Conselho Estadual de Meio Ambiente - Coema aprovou a concessão de Licença Prévia (LP) referente ao projeto da controlada direta HB Vila do Conde, de instalações de Terminal Portuário de Uso Privativo (TUP) localizado na cidade de Barcarena, Estado do Pará.

Em 11 de abril de 2013, o Conselho Estadual de Meio Ambiente - Coema aprovou a concessão de Licença Prévia (LP) referente ao projeto da controlada direta HB Miritituba, de instalações de Estação de Transbordo de Cargas (ETC) localizado na cidade de Itaituba, Estado do Pará.

Em 9 de maio de 2014, a HB Vila do Conde, controlada direta, assinou o Contrato de Adesão nº 016/2014 com a Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP/PR, como Poder Concedente, e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, como Interviente, que autoriza a construção e/ou exploração de Instalação Portuária pela HB Vila do Conde, na modalidade de Terminal de Uso Privado - TUP, localizado na Avenida Verde e Branco, Estrada de Itupanema, Município de Barcarena/PA, para fins de movimentação e/ou armazenagem de granel sólido (grãos vegetais, farelo e fertilizantes), destinadas ou provenientes de transporte aquaviário.

Em 31 de julho de 2014, a HB Miritituba, controlada direta, assinou o Contrato de Adesão nº 019/2014 com a Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP/PR, como Poder Concedente, e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, como Interviente, que autoriza a construção e/ou exploração de Instalação Portuária pela HB Miritituba, na modalidade de Estação de Transbordo de Carga - ETC, localizado na margem direita do rio Tapajós, gleba de Santa Cruz, s/n, Vila de Miritituba, Município de Itaituba/PA, para fins de movimentação e/ou armazenagem de granel sólido (grãos e farelo de soja), destinadas ou provenientes de transporte aquaviário.

Em 5 de dezembro de 2014, a HB Vila do Conde, controlada direta, obteve a concessão de aPortuária (REPORTO) pela Receita Federal do Brasil, por meio do Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 335, publicado no Diário Oficial da União.

Em 29 de dezembro de 2014, a HB Miritituba, controlada direta, obteve a concessão de Regime Especial de Tributação para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (REPORTO) pela Receita Federal do Brasil, por meio do Ato Declaratório

Executivo (ADE) nº 303, publicado no Diário Oficial da União.

Em 24 de maio de 2016, a Companhia HB Intermediação foi constituída com a finalidade de agenciar e intermediar soluções logísticas com capital social de R\$2.500, que será totalmente integralizado até 24 de maio de 2019.

Em 22 de setembro de 2016, a Companhia Resflir foi constituída com a finalidade de arrendar ativos de navegação.

Em 01 de dezembro de 2016, foi publicado no Diário Oficial da União a Resolução nº 5120, de 30 de novembro de 2016, por meio da qual a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) emitiu autorização para esta empresa operar como Empresa Brasileira de Navegação, na navegação de cabotagem.

Em 02 de dezembro de 2016, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará emitiu Licença de Operação (LO) do Terminal de Uso Privado (TUP), de propriedade da Hidroviás do Brasil – Vila do Conde S.A., localizado na cidade de Barcarena, Estado do Pará.

Em 20 de dezembro de 2016, o Tribunal Marítimo emitiu o certificado de registro de armador desta empresa. Com esta autorização e registro a empresa deu início a sua operação no Brasil.

1.1. Constituição Hidroviás do Brasil Cabotagem Ltda. ("HB Cabotagem") e combinação de negócios Log-In

Em 23 de dezembro de 2016, a Companhia através de sua controlada direta Hidroviás do Brasil - Cabotagem S.A. ("HB Cabotagem") adquiriu junto a Log-In – Logística Intermodal S.A. "Log-In" os direitos e obrigações de um contrato comercial de transporte de bauxita, com vigência de 19 anos, no trecho entre Porto Trombetas/PA e Barcarena/PA e 2 (dois) navios com capacidade de 85.000ton cada, denominados HB Tucunaré e HB Tambaqui.

O objetivo da aquisição foi o de ampliar as modalidades de transporte da Companhia, passando a incorporar a atividade de Cabotagem em seu portfólio.

A aquisição foi concluída em 23 de dezembro de 2016, conforme detalhado a seguir:

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de setembro de 2016, o Conselho aprovou a aquisição dos ativos da Log-In e em 23 de dezembro de 2016 as condições precedentes foram atingidas e o controle das operações foram assumidos pela Companhia.

A contraprestação transferida dessa transação foi de R\$191.795, composto da seguinte forma:

- a) Pagamento em caixa de R\$200.000, sendo R\$60.000 em 23 de dezembro de 2016 e o restante em 14 parcelas mensais e consecutivas corrigidas pelo IGPM.
- b) Desconto acordado pelas partes no valor de US\$2.700 mil, equivalente a R\$8.205 na data da transação, o qual será abatido proporcionalmente conforme o cronograma do pagamento em caixa.

A Administração assumiu ativos operacionais 2 (dois) navios (inputs), dívida, contrato de cliente (outputs), processos e recursos operacionais e registrou os ativos e passivos a valor justo na empresa constituída HB Cabotagem, conforme uma combinação de negócios. A alocação definitiva dos ativos e passivos a valor justo é conforme segue:

HB Cabotagem			
23/12/2016			
	Custo histórico	Ajustes a valor justo	Ativos e passivos a valor justo
Ativos não circulantes:			
Imobilizado	421.852	7.748	429.600
Intangível	-	161.293	161.293
Ágio	-	73.121	73.121
Passivos circulantes:			
Empréstimos e financiamentos	30.331	-	30.331
Passivos não circulantes:			
Empréstimos e financiamentos	442.508	-	442.508
Contraprestação transferida	(50.987)	242.162	191.175
Ativos líquidos adquiridos			(50.987)
Preço pago alocado:			
Mais valia imobilizado			7.748
Mais valia contratos			161.293
Ágio			73.121
Contraprestação transferida			191.175

Informações adicionais à aquisição

- Ativos adquiridos e passivos reconhecidos em 23 de dezembro de 2016.
- O valor da transação, foi alocado na data de aquisição aos ativos adquiridos e passivos assumidos a valores justos, incluindo os ativos intangíveis relacionados aos direitos e obrigações de um contrato comercial firmado entre a Log-In e a Alunorte – Alumina do Norte do Brasil S.A., em 20 de abril de 2009, o qual será amortizado pelo prazo remanescente de 19 anos. Informações financeiras sobre a receita operacional líquida e lucro líquido da HB Cabotagem incluída nas demonstrações financeiras consolidadas.

HB Cabotagem		
	23/12/2016 a 31/12/2016	01/01/2017 a 31/12/2017
Receita líquida	3.533	133.564
Lucro líquido	1.634	4.088

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 contemplam 8 dias de operação da HB Cabotagem.

Reapresentação do balanço patrimonial consolidado de 31 de dezembro de 2016

De acordo com o CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) – “Business Combination”, a Companhia, baseada no laudo de avaliação econômico-financeiro datado de 22 de dezembro de 2017, reclassificou os saldos comparativos em 31 de dezembro de 2016 como se a contabilização da combinação de negócios tivesse sido completada na data de aquisição. As reclassificações efetuadas não produziram efeito no prejuízo do exercício de 2016, como anteriormente apresentadas.

As reclassificações efetuadas para os saldos consolidados estão resumidas a seguir:

	31/12/2016		
	Anteriormente reapresentado	Reclassificações	Valores ajustados
ATIVOS			
Ativo circulante	339.521	-	339.521
Impostos diferidos	-	320	320
Imobilizado	2.756.693	(15.557)	2.741.136
Intangível	385.920	(109.267)	276.653
Outros	197.984	-	197.984
Total do ativo não circulante	3.340.597	(124.504)	3.216.093
Total dos ativos	3.680.118	(124.504)	3.555.614
PASSIVOS			
Passivo circulante	1.627.585	-	1.627.585
Impostos diferidos	124.504	(124.504)	-
Outros	747.199	-	747.199
Passivo não circulante	871.703	(124.504)	747.199
Total dos passivos	2.499.288	(124.504)	2.374.784
Total do patrimônio líquido	1.180.830	-	1.180.830

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade

As informações financeiras da Companhia compreendem as informações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado ao contrário, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, requer que a Administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas associadas baseiam-se na experiência histórica e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis em virtude das

circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

c) Demonstração do resultado abrangente

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos pronunciamentos e pelas interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. No caso da Companhia, esses itens poderão ser revertidos para a demonstração do resultado quando da liquidação das operações ou pela alienação das investidas.

d) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional das controladas no Uruguai e Paraguai é o dólar norte-americano. Os efeitos de conversão da moeda funcional das controladas no exterior para o real é contabilizado no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as IFRSs e o CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas estão relacionadas à avaliação do valor de recuperação de ativos intangíveis (nota explicativa nº 10) e à determinação da vida útil do ativo imobilizado (nota explicativa nº 9).

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados.

a) Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida.
- Está exposta, ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

- A dimensão da participação da Companhia em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto.
- Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes.
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais.

Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações de não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações de não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações de não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àsquelas estabelecidas pelo Grupo.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as demonstrações financeiras das controladas são reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial.

b) Moeda estrangeira

(i) Operações no exterior

Na controladora e nas investidas, os ativos e passivos de operações em moeda diferente da moeda funcional são inicialmente reconhecidos nas demonstrações financeiras pela taxa de conversão vigente na data da transação, e posteriormente são convertidos para moeda funcional (Reais no Brasil, Peso uruguaio no Uruguai e Guarani no Paraguai) às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As diferenças são apresentadas na demonstração do resultado do exercício.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das controladas são convertidos para reais às taxas de câmbio apuradas na data das demonstrações financeiras apresentadas, e as receitas e despesas são convertidas para reais às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido.

A controlada Girocantex S.A. utiliza instrumentos financeiros derivativos como forma de eliminar a variação cambial nos casos onde a moeda contratada difere da sua moeda funcional e não para propósito de especulação. Os instrumentos financeiros utilizados para proteção são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço e mensurados a valor justo.

A Administração da Companhia documenta a relação entre os instrumentos financeiros utilizados como hedge e as estratégias de proteção. O registro contábil dessa operação é realizado no momento da aquisição do instrumento financeiro e

atualizado periodicamente.

As variações do valor justo dos instrumentos financeiros de "hedge" de fluxo de caixa efetivo encontram-se registrados em outros resultados abrangentes e são reconhecidos no patrimônio líquido na conta "Ajuste de avaliação patrimonial". Os valores reconhecidos em outros resultados abrangentes no exercício são transferidos para a demonstração de resultados quando a partida protegida do instrumento de "hedge" é realizada.

c) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Ativos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado

Os ativos avaliados a valor justo por meio do resultado são os ativos financeiros: (1) mantidos para negociação no curto prazo; (2) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas para obter informação contábil mais relevante e consistente; ou (3) derivativos. Esses ativos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são liquidadas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e fornecedores. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método de juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas como descritas a seguir.

"Hedges" de fluxos de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de "hedge" em uma proteção da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando o item sujeito a "hedge" é um ativo não financeiro, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o valor contábil do ativo quando o ativo é realizado. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado no mesmo exercício em que os fluxos de caixa protegidos ("hedge") afetam o resultado, na mesma linha na demonstração do resultado como item objeto de "hedge". Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, o saldo em outros resultados abrangentes é reconhecido imediatamente no resultado. Em outros casos, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado no mesmo exercício em que o item objeto de "hedge" afeta o resultado.

Caso o instrumento de "hedge" não mais atenda aos critérios de contabilização de "hedge", expire, ou seja, vendido, encerrado, exercido ou tenha sua designação revogada, a contabilização de "hedge" é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, permanecem ali até que a transação prevista afete o resultado.

Outros derivativos não mantidos para negociação

Quando um instrumento financeiro derivativo não é designado em um relacionamento de "hedge" de fluxo de caixa que se qualifica, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

d) Reconhecimento da receita

Compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita é reconhecida quando efetivamente realizada, ou seja, quando os seguintes aspectos tiverem sido cumulativamente atendidos: (a) haja evidência da existência de contrato; (b) o serviço tenha sido efetivamente prestado; (c) o preço esteja fixado e determinado; e (d) o recebimento seja provável.

As receitas de navegação e cabotagem são reconhecidas proporcionalmente à evolução das viagens, que duram entre 7 e 20 dias. As demais receitas são reconhecidas no momento da prestação do serviço contratado.

e) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas por redução ao valor recuperável acumulado. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para as controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica.

f) Ativos intangíveis

(i) Ágio

O ágio resultante da aquisição da controlada Limday é incluído nos ativos intangíveis. Para a mensuração do ágio no reconhecimento inicial, veja a nota explicativa nº 3.a).

O ágio não amortizável no valor de R\$ 73.102, é resultante da aquisição através de sua controlada direta Hidroviás do Brasil - Cabotagem S.A. ("HB Cabotagem") da Log-In - Logística Intermodal S.A. "Log-In" dos direitos e obrigações de um contrato comercial de transporte de bauxita.

(ii) Direito de concessão

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles relacionados, mas que não tenham sido alocados diretamente à concessão ou outros ativos e passivos, e que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definido, compõem o saldo do ativo intangível e são amortizados pelo exercício do direito de exploração, a partir da entrada em operação das controladas.

(iii) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estão disponíveis para uso, sendo a amortização do direito de uso de software de dez anos.

g) Redução ao valor recuperável

Na data de cada demonstração financeira, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor em uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Independentemente da existência de indicação de não recuperação de

seu valor contábil, os ativos intangíveis com vida útil definida tem sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano em dezembro. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (impairment) e a eventual redução do valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício. Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nessas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data de reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada.

h) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

i) Pagamento baseado em ações

O valor justo das opções concedidas, determinado na data da outorga, é registrado como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio.

j) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício.

k) Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado ("DVA") nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

l) Segmentos operacionais

As divulgações dos segmentos operacionais da Companhia são baseadas na estrutura gerencial das demonstrações financeiras e da Administração, a qual segue a segmentação de negócio por região (corredor norte e corredor sul).

m) Imposto de renda e contribuição social

Na controladora, o imposto de renda e a contribuição social são calculados, observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente, pela alíquota regular de 15% acrescida de alíquota adicional de 10% para o imposto de renda e alíquota de 9% para a contribuição social sobre o lucro. No consolidado, o imposto de renda das controladas que estão estabelecidas no Uruguai e Paraguai é calculado com base na legislação aplicável no naqueles países. Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição.

As transações relacionadas à aquisição dos ativos da Log-In, incluindo os direitos e obrigações de um contrato comercial e dois navios, mencionadas na nota explicativa nº 1, foram avaliadas de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de negócios. A

forma de apresentação das demonstrações financeiras, incluindo registro contábil e impactos tributários dessas transações, estão detalhadas na nota explicativa nº 1.

n) **Combinação de negócios**

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição.

As transações relacionadas à aquisição dos ativos da Log-In, incluindo os direitos e obrigações de um contrato comercial e 2 (dois) navios, mencionadas na nota explicativa nº 1, foram avaliadas de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de negócios. A forma de apresentação das demonstrações financeiras, incluindo registro contábil e impactos tributários dessas transações, estão detalhadas na nota explicativa nº 1.

o) **Descrição dos principais procedimentos de consolidação**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia (controladora) e as seguintes empresas investidas diretas, indiretas e controladas em conjunto:

	País	Participação - %	
		31/12/2017	31/12/2016
<u>Controladas diretas</u>			
Hidrovias del Sur S.A.	Uruguai	100,00	100,00
Hidrovias do Brasil - Marabá S.A.	Brasil	100,00	100,00
Baloto S.A. (a)	Uruguai	100,00	100,00
Hidrovias do Brasil - Holding Norte Ltda.	Brasil	100,00	100,00
Hidrovias do Brasil – Interm. e Agenc. Serv. Ltda. (b)	Brasil	100,00	100,00
Hidrovias do Brasil – Cabotagem Ltda. (c)	Brasil	100,00	100,00
<u>Controladas indiretas</u>			
Girocantex S.A.	Uruguai	100,00	100,00
Girocantex S.A. - Filial Paraguai	Paraguai	100,00	100,00
Hidrovias del Paraguay S.A.	Paraguai	100,00	100,00
Pricolpar S.A.	Paraguai	100,00	100,00
Cikelsol S.A.	Uruguai	100,00	100,00
Resflir S.A.	Uruguai	100,00	100,00
Hidrovias do Brasil - Miritituba S.A.	Brasil	100,00	100,00
Hidrovias do Brasil - Navegação Norte S.A.	Brasil	100,00	100,00
Hidrovias do Brasil - Vila do Conde S.A.	Brasil	100,00	100,00
<u>Controladas em conjunto</u>			
Obrinel S.A.	Uruguai	49,00	49,00
Limday S.A.	Uruguai	44,55	44,55

(a) 4,94% de participação direta e 95,06% de participação indireta através da controlada Hidroviás Del Sur.

(b) Empresa constituída em 24 de maio de 2016.

(c) Empresa constituída em 16 de setembro de 2016, a qual realizou a combinação de

negócios descrita na nota explicativa nº1.

Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

As normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas IFRSs novas e revisadas, aplicáveis à Companhia, não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para o exercício:

Pronunciamento	Descrição
Alterações à IAS 7	Iniciativas de divulgação
Alterações à IAS 12	Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas a Realizar
Melhorias Anuais	Ciclo de IFRSs 2014-2016

As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas.

A companhia pretende adotá-las quando entrarem em vigência.

Pronunciamento	Descrição
IFRS 9	Instrumentos Financeiros (a)
IFRS 15	Receitas de Contratos com Clientes (a)
IFRS 16	Arrendamentos (b)

(a) Em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

(b) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

Esse pronunciamento aborda a classificação a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A IFRS 9 foi emitida de forma completa em julho de 2014 e substituirá o IAS 39 (cuja norma correlata no Brasil é o CPC 38: Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39)). O CPC 48 (emitido em dezembro de 2016 e aprovado pela CVM na mesma data), que é a norma equivalente do IFRS 9 no Brasil, requer a classificação dos ativos financeiros em três categorias: mensurados ao valor justo através do resultado (VJR), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e mensurados ao custo amortizado. A norma será aplicável de 1º de janeiro de 2018.

A determinação da classificação dos ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e a base da classificação depende do modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros e das características contratuais do fluxo de caixa de tais ativos financeiros. Com relação aos passivos financeiros, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo CPC 38, sendo a principal mudança nos passivos financeiros e que a entidade adotou a opção do valor justo, onde a porção de mudança do valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado.

O CPC 48 também substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exigirá um julgamento relevante quanto à forma como mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base nas probabilidades ponderadas.

O impacto efetivo da adoção do CPC 48 nas demonstrações financeiras da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança em 31 de dezembro de 2017, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Companhia detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a entidade fará no futuro. No entanto, em uma avaliação preliminar a Companhia estima os seguintes impactos da adoção do CPC 48 com base em sua posição em 31 de dezembro de 2017:

- Aumento significativo das divulgações, por conta do CPC 48 para a divulgação dos critérios de classificação e mensuração, perda esperada e hedge accounting (se aplicável);
- Os novos requerimentos de classificação de ativos financeiros não trarão impacto significativo com relação às classificações atualmente adotadas de acordo com o CPC 38;
- A Companhia não designou ou pretende designar passivos financeiros como valor justo (VJ), sendo assim, não há qualquer impacto esperado na classificação de passivos financeiros de acordo com os requerimentos do CPC 48;
- As perdas por redução ao valor recuperável não são reconhecidas de acordo com o CPC 48 e nem serão com a mudança no IFRS 9;
- As alterações esperadas pela contabilidade de hedge teriam um impacto imaterial;

A Companhia pretende aproveitar a isenção que lhe permite apresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção do CPC 48, serão reconhecidas nos lucros acumulados e reservas a partir de 2018.

IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes

O IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por qual montante a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento das receitas, incluindo o CPC 30(IAS18) Receitas.

A receita na prestação de serviço é reconhecida atualmente quando ocorre a conclusão da viagem para cada etapa dentro de cada corredor norte, sul e serviço de cabotagem.

Para o corredor norte, a Companhia possui contratos com determinados clientes cuja tarifa é calculada pela prestação do serviço do corredor como um todo e não pelas etapas segregadas entre transbordo, transporte e elevação. Dessa forma, o reconhecimento das receitas a partir de 2018 ocorrerá pela conclusão do serviço de todo o corredor iniciando em transbordo e terminando em elevação. Caso a aplicação do IFRS 15 ocorresse ainda para 2017 o impacto dessa alteração na forma de contabilização é a redução da receita em montante aproximado R\$9.400.

IFRS 16 – Arrendamentos

A IFRS 16 introduz o modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo CPC06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15, e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. Os possíveis impactos da adoção desta norma para as demonstrações financeiras da Companhia estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e depósitos bancários	372	352	83.868	95.182
Total	372	352	83.868	95.182

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

5.1 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Fundo Itaú PP Portfólio (a)	79.302	140.505	105.222	167.196

- a) Aplicações financeiras que representam investimentos no Fundo Itaú PP Portfólio, referenciado na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com remuneração média de 101,6% do CDI (100,9% em 31 de dezembro de 2016). A carteira do fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

5.2 APLICAÇÕES FINANCEIRA VINCULADAS – CONSOLIDADO

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Projeto Norte (a)	81.673	-
Projeto Vale (b)	91.293	51.915
Cabotagem (c)	13.153	-
	<u>186.119</u>	<u>51.915</u>

- a) Em 2017, as controladas HB Vila do Conde, HB Miritituba e HB Navegação Norte, constituíram um fundo de investimento que está atrelado aos empréstimos do corredor Norte.
- b) Em 2016, a controlada Girocantex S.A., constituiu um fundo de investimento no Banco Deutsche Bank Trust Company Americas, que está atrelado ao empréstimo do Projeto Vale (exigência contratual). O saldo de 31 de dezembro de 2016 no montante de 51.915 foi classificado originalmente na conta de caixa e equivalentes de caixa e foi reclassificado para a rubrica de aplicações financeiras vinculadas para melhor apresentação.
- c) Representam investimentos no fundo BNP PARIBAS SOBERANO FIC FI RF, sujeitos a variação da taxa de juros SELIC, com remuneração de 96,95% da Selic. A carteira do fundo é composta por títulos públicos federais de emissão do Tesouro Nacional e/ou Banco Central do Brasil, pré-fixados ou indexados à variação do CDI, ou, ainda, por operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais.

6 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES - CONSOLIDADO

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Exterior</u>		
Cikelsol	3.985	253
Girocantex	21.004	18.625
<u>Nacionais</u>		
Vila do Conde	499	96
Miritituba	756	-
Navegação	5.846	234
Intermediação	321	-
Cabotagem	44.470	3.893
Total	<u>76.881</u>	<u>23.101</u>

Composição do contas a receber por idade de vencimento

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	63.479	11.195
Vencido até 30 dias	13.021	-
Vencidos de 30 a 60 dias	23	-
Vencidos de 60 a 90 dias	-	9.943
Vencidos de 90 a 120 dias	73	894
Vencidos de 120 a 180 dias	285	1.069
Total	<u>76.881</u>	<u>23.101</u>

7 GARANTIAS E DEPÓSITOS CAUÇÃO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Projeto Vale (a)	-	74.959	-	74.959
Projeto Obrinel (b)	5.180	15.970	5.180	15.970
Outros	303	303	303	322
Total	<u>5.483</u>	<u>91.232</u>	<u>5.483</u>	<u>91.251</u>
Classificado como:				
Circulante	-	15.970	-	15.989
Não circulante	5.483	75.262	5.483	75.262

- (a) Em 9 de outubro de 2013, a Companhia concedeu recursos financeiros para a Girocantex no montante de US\$23.000, referente a garantia estabelecida nos termos e condições do "Project Funds Support and Corporate Guarantee Agreement – PFSCGA". Este depósito foi liberado após a comprovação da performance dos ativos de navegação do Projeto Vale, confirmada por meio da constatação de seis viagens consecutivas e percorridas por cada comboio e outras condições de liberação ocorridas em 6 de julho de 2017.
- (b) Em 25 de julho de 2014, a Companhia concedeu recursos financeiros para a Obrinel no montante de US\$4.900, em cumprimento aos termos e condições da Garantia de Finalização do Projeto assinado em 13 de junho de 2014. Este depósito foi liberado em agosto de 2017 no montante de U\$3.312 e o saldo residual no montante de U\$1.588 mil permanecerá como depósito garantia até a liberação da Conclusão Financeira do Projeto Obrinel.

8 INVESTIMENTOS

Nenhuma das empresas cujos investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

Composição dos investimentos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Participações societárias avaliadas por equivalência patrimonial	1.196.203	929.596	64.485	64.936
Total	<u>1.196.203</u>	<u>929.596</u>	<u>64.485</u>	<u>64.936</u>

O saldo do consolidado refere-se à Limday R\$12.514 (R\$14.308 em 31 de dezembro de 2016) e à Obrinel R\$51.971 (R\$50.628 em 31 de dezembro de 2016), registrados por equivalência patrimonial, conforme o pronunciamento técnico CPC 19 (R2) e a IFRS 11.

A movimentação dos investimentos da controladora e do consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 está apresentada a seguir:

	Controladora					
	31/12/2016	31/12/2017				
	Saldo inicial	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Resultado de conversão de moeda	Saldo final
Baloto S.A.	15.412	-	1.112	-	513	17.037
Hidroviás del Sur	450.427	10.377	68.958	13.487	10.319	553.568
HB Marabá	9.261	314	(323)	-	-	9.252
Hidroviás del Paraguay	(12)	-	12	-	-	-
Hidroviás do Norte	388.975	-	(2.009)	-	-	386.966
Pricolpar	6	-	(6)	-	-	-
HB Cabotagem	65.035	157.075	4.089	-	-	226.199
HB Intermediação	492	308	2.381	-	-	3.181
Total	929.596	168.074	74.214	13.487	10.832	1.196.203

Consolidado					
	31/12/2016	31/12/2017			
	Saldo inicial	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Resultado de conversão de moeda	Saldo final
Limday	14.308	-	1.834	(3.628)	12.514
Obrinel	50.628	13.915	(13.138)	566	51.971
Total	<u>64.936</u>	<u>13.915</u>	<u>(11.304)</u>	<u>(3.062)</u>	<u>64.485</u>

A movimentação dos investimentos da controladora e do consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 está apresentada a seguir:

	Controladora					
	31/12/2015	31/12/2016				
	Saldo inicial	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Resultado de conversão de moeda	Saldo final
Baloto S.A.	19.397	-	(785)	-	(3.200)	15.412
Hidroviás del Sur	441.709	11.665	63.342	13.941	(80.230)	450.427
HB Marabá	9.276	313	(328)	-	-	9.261
Hidroviás del Paraguay	(11)	-	(1)	-	-	(12)
Hidroviás do Norte	412.432	72.944	(96.401)	-	-	388.975
Pricolpar	3	-	-	-	3	6
Cabotagem	-	63.400	1.635	-	-	65.035
Intermediação	-	453	39	-	-	492
Total	882.806	148.775	(32.499)	13.941	(83.427)	929.596

Consolidado				
	31/12/2015	31/12/2016		
	Saldo inicial	Resultado de equivalência patrimonial	Resultado de conversão de moeda	Saldo final
Limday	16.249	1.135	(3.076)	14.308
Obrinel	79.190	(15.896)	(12.666)	50.628
Total	<u>95.439</u>	<u>(14.761)</u>	<u>(15.742)</u>	<u>64.936</u>

As principais informações sobre as controladas diretas, indiretas e em conjunto são apresentadas a seguir:

31/12/2017						
	Quantidade de ações	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	(Prejuízo) lucro das empresas no exercício	Receitas líquidas (*)
<u>Controladas diretas</u>						
Hidrovias del Sur	2.828.608.315	1.284.729	731.161	553.568	68.947	312.753
HB Marabá	20.000.000	9.316	64	9.252	(322)	-
HB Cabotagem	63.400.000	712.558	486.359	226.199	4.088	133.564
HB Intermediação	454.000	4.065	884	3.181	2.382	14.201
Hidrovias do Norte	496.971.094	1.542.920	1.155.954	386.966	(2.011)	338.342
<u>Controladas indiretas e em conjunto</u>						
Limday	96.302.000	35.673	7.583	28.090	4.117	20.563
Obrinel (**)	423.323.815	275.621	169.557	106.064	(26.813)	17.812
Baloto	208.927.039	53.016	1.181	51.835	(13.225)	-
Girocantex	2.422.140.009	1.071.335	634.668	436.667	71.203	278.915
Hidrovias del Paraguay	450.000	45.442	75.739	(30.297)	1.424	73.739
Pricolpar	225.000	37.500	8.823	28.677	3.842	21.658
Cikelsol	800.000	143.124	103.606	39.518	6.345	76.429
Resflir	20.000	38.487	38.134	353	339	1.676
HB Vila do Conde	253.934.860	747.891	559.519	188.372	(3.738)	107.035
HB Miritituba	115.961.546	305.254	241.551	63.703	(11.854)	52.273
HB Navegação Norte	134.289.228	570.496	434.493	136.003	13.585	179.034

(*) Inclui as receitas entre grupos.

(**) Em 31 de dezembro de 2017 valor total dos passivos é substancialmente composto por R\$77.463 de empréstimos e financiamentos.

31/12/2016						
	Quantidade de ações	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	(Prejuízo) lucro das empresas no exercício	Receitas líquidas (*)
<u>Controladas diretas</u>						
Hidrovias del Sur	2.828.608.315	1.302.389	851.962	450.427	63.342	304.820
HB Marabá	20.000.000	9.313	52	9.261	(328)	-
HB Cabotagem	63.400.000	794.979	729.944	65.035	1.634	3.533
HB Intermediação	454.000	732	240	492	38	248
Hidrovias do Norte	496.971.094	1.375.877	986.902	388.975	(96.401)	111.109
<u>Controladas indiretas e em conjunto</u>						
Limday	96.302.000	42.034	9.914	32.120	2.548	19.189
Obrinel	423.323.815	280.057	175.630	104.427	(31.260)	13.217
Baloto	208.927.039	53.833	50	53.783	(15.884)	-
Girocantex	2.422.140.009	1.102.508	758.656	343.852	75.246	275.856
Hidrovias del Paraguay	450.000	28.378	59.680	(31.302)	(2.182)	66.994
Pricolpar	225.000	31.851	7.486	24.365	(3.204)	11.949
Cikelsol	800.000	141.920	109.422	32.498	8.541	67.626
HB Vila do Conde	253.934.860	716.194	524.084	192.110	(51.463)	34.899
HB Miritituba	115.961.546	359.939	284.382	75.557	(35.643)	17.837
HB Navegação Norte	134.289.228	477.895	355.477	122.418	(9.299)	58.373

(*) Inclui as receitas entre grupos.

Os contratos de dívida nos corredores Sul e Norte restringem a Companhia de distribuir dividendos até a liberação do Project Completion. A HB Cabotagem não possui essa

restrição o que permite a distribuição de dividendos limitada a 25% do lucro líquido, conforme o estatuto social ajustado de acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações.

9 IMOBILIZADO

A composição e movimentação do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é como segue:

Controladora	Instalações e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos eletrônicos e informática	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	150	70	308	206	10.391	11.125
Adições	5	12	-	9	4.439	4.465
Transferência para intangível	-	-	-	-	(2.026)	(2.026)
Transferências	1.930	-	3	199	(2.132)	-
Depreciação	(233)	(16)	(40)	(120)	-	(409)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.852	66	271	294	10.672	13.155
Custo histórico	2.510	157	410	890	10.672	14.639
Depreciação acumulada	(658)	(91)	(139)	(596)	-	(1.484)
Taxa anual de depreciação - %	10	10	10	25	-	-

Controladora	Instalações e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos eletrônicos e informática	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	248	84	309	272	1.551	2.464
Adições	-	-	37	42	8.840	8.919
Depreciação	(98)	(14)	(38)	(108)	-	(258)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	150	70	308	206	10.391	11.125
Custo histórico	575	145	407	682	10.391	12.200
Depreciação acumulada	(425)	(75)	(99)	(476)	-	(1.075)
Taxa anual de depreciação - %	10	10	10	25	-	-

Consolidado	Terrenos	Edificações	Instalações e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos eletrônicos e informática	Veículos	Empurradores e barcas	Navios	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	55.604	516.029	194	143	240.769	1.140	341	1.123.272	429.600	374.044	2.741.136
Adições	-	8.109	1.250	108	23.369	186	43	1.163	-	168.087	202.315
Transferências para intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.794)	(2.794)
Transferências	8.739	51.431	1.929	-	85.923	199	-	105.135	-	(253.356)	-
Depreciação	-	(21.566)	(285)	(52)	(27.593)	(380)	(88)	(49.210)	(19.094)	-	(118.268)
Ajustes de tradução	-	-	3	4	31	5	2	13.316	19	(1.834)	11.546
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>64.343</u>	<u>554.003</u>	<u>3.091</u>	<u>203</u>	<u>322.499</u>	<u>1.150</u>	<u>298</u>	<u>1.193.676</u>	<u>410.525</u>	<u>284.147</u>	<u>2.833.935</u>
Custo histórico	64.343	590.075	4.125	459	367.506	2.523	721	1.345.779	430.138	284.147	3.089.816
Depreciação Acumulada	-	(36.072)	(1.034)	(256)	(45.007)	(1.373)	(423)	(152.103)	(19.613)	-	(255.881)
Taxa anual de depreciação - %	-	4	10	10	10	25	20	4	4	-	-

Consolidado	Terrenos	Edificações	Instalações e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos eletrônicos e informática	Veículos	Empurradores e barcas	Navios (reclassificado)	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	49.025	-	358	239	697	833	516	1.143.792	-	1.009.237	2.204.697
Adições	-	-	-	3	1.213	722	-	1.355	-	384.005	387.298
Combinação de negócios (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	430.119	-	430.119
Transferências	20.083	530.537	(357)	(227)	256.155	-	-	173.150	-	(979.341)	-
Depreciação	-	(14.508)	(130)	(53)	(17.292)	(359)	(104)	(50.700)	(519)	-	(83.665)
Ajustes de tradução	(13.504)	-	323	181	(4)	(56)	(71)	(144.325)	-	(39.857)	(197.313)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>55.604</u>	<u>516.029</u>	<u>194</u>	<u>143</u>	<u>240.769</u>	<u>1.140</u>	<u>341</u>	<u>1.123.272</u>	<u>429.600</u>	<u>374.044</u>	<u>2.741.136</u>
Custo histórico	55.604	530.535	943	347	258.183	2.133	676	1.226.165	430.119	374.044	2.878.749
Depreciação acumulada	-	(14.506)	(749)	(204)	(17.414)	(993)	(335)	(102.893)	(519)	-	(137.613)
Taxa anual de depreciação - %	-	4	10	10	10	25	20	4	4	-	-

(*) Combinação de negócios Log-in (valores reclassificados conforme nota explicativa nº1).

Imobilizado em andamento

Consolidado	Saldo líquido	
	31/12/2017	31/12/2016
Projeto Miritituba (ETC)	4.408	26.256
Projeto Vila do Conde (TUP)	11.608	92.544
Projeto Navegação (*)	198.964	218.821
Outros projetos (**)	69.167	36.424
Total	<u>284.147</u>	<u>374.045</u>

(*) O saldo em andamento no ativo da controlada indireta HB Navegação Norte, trata-se dos investimentos atrelados à construção de empuradores e barcas e serão transferidos para imobilizado em serviço conforme a entrega dos empuradores.

(**) O saldo em andamento refere-se a projetos de melhorias de embarcações no corredor sul.

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment"

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, os itens de ativo imobilizado que apresentam indicativos de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados para determinar a necessidade de registro de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, com base nos estudos efetuados pela Administração, não foram identificados indicadores da necessidade da realização de teste para análise da necessidade de registro da provisão para redução a seu valor recuperável.

10 INTANGÍVEL

Controladora	Software	Contratos	Intangível em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	12.858	-	3.020	15.878
Adições	37	-	10	47
Transferência do imobilizado	384	1.642	-	2.026
Transferências	3.030	-	(3.030)	-
Amortização	(3.628)	-	-	(3.628)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>12.681</u>	<u>1.642</u>	<u>-</u>	<u>14.323</u>
Taxa anual de amortização - %	20	-	-	-
Custo histórico	22.079	1.642	-	23.721
Amortização acumulada	(9.398)	-	-	(9.398)

Controladora	Software	Intangível em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.070	14.105	18.175
Adições	-	1.603	1.603
Transferências	12.688	(12.688)	-
Amortização	(3.900)	-	(3.900)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>12.858</u>	<u>3.020</u>	<u>15.878</u>
Taxa anual de amortização - %	20	-	-
Custo histórico	18.628	3.020	21.648
Amortização acumulada	(5.770)	-	(5.770)

Consolidado	Software	Contratos	Ágio (a)	Intangível em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	13.183	161.293	94.116	8.061	276.653
Adições	86	-	-	117	203
Transferências do imobilizado	1.152	1.642	-	-	2.794
Transferências	5.212	-	-	(5.212)	-
Amortização	(3.743)	(8.961)	(392)	-	(13.096)
Ajuste de tradução	2	-	299	464	765
Saldo em 31 de dezembro 2017	15.892	153.974	94.023	3.430	267.319
Taxa anual de amortização - %	20	-	10	-	-
Custo histórico	25.575	163.358	96.359	3.430	288.722
Amortização Acumulada	(9.683)	(9.384)	(2.336)	-	(21.403)

Consolidado	Software	Contratos	Ágio (a)	Intangível em andamento	Total
Saldo em 31/12/2015	4.362	-	22.548	20.569	47.479
Adições	149	-	3.088	3.426	6.663
Combinação de negócios (*)	-	161.716	73.121	-	234.837
Transferências	12.688	-	-	(12.688)	-
Amortização	(3.980)	(423)	(430)	-	(4.833)
Ajuste de tradução	(36)	-	(4.211)	(3.246)	(7.493)
Saldo em 31/12/2016	13.183	161.293	94.116	8.061	276.653
Taxa anual de amortização - %	20	(*)	10	-	-
Custo histórico	19.123	161.716	96.060	8.061	284.960
Amortização Acumulada	(5.940)	(423)	(1.944)	-	(8.307)

(*) Combinação de negócios Log-in (reclassificado conforme nota explicativa nº1).

(a) Ágio

Ágio gerado na aquisição de 44,55% das ações representativas do capital social da Limday. O ágio da Limday de R\$8.039 (R\$8.039 em 31 de dezembro de 2016) está fundamentado em estudos desenvolvidos sobre a rentabilidade futura das operações.

Refere-se ao direito de concessão da Baloto na aquisição da Obrinel, de R\$12.955 (R\$12.955 em 31 de dezembro de 2016), está fundamentado em estudos desenvolvidos pela Companhia sobre a rentabilidade futura das operações da Obrinel.

Ágio gerado na aquisição dos ativos e passivos da "Log-In" fundamentado como rentabilidade futura das operações.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, utilizando a premissa de cálculo sobre os fluxos de caixa futuros gerados pelo contrato de concessão e aplicando a taxa de desconto, não foi identificada a necessidade de registro de provisão para "impairment".

11 FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores nacionais	3.089	1.498	44.974	39.355
Fornecedores estrangeiros	50	-	1.863	587
Total	3.139	1.498	46.837	39.942

12 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Vencimento		Consolidado	
	final	Taxa de juros - a.a.	31/12/2017	31/12/2016
<u>Controladora</u>				
HB Hidrovias do Brasil:				
Cédula de Crédito Bancária – Banco Pine (g)	mar/17	4,0% + CDI	-	15.683
Cédula de Crédito Bancária – Banco Pine (h)	out/18	4.0% + CDI	71.866	-
Cédula de Crédito Bancária – Banco BBM (i)	out/19	6,2%	<u>20.656</u>	-
Subtotal			92.522	15.683
<u>Controladas</u>				
Girocantex e Hidrovias del Paraguay:				
Financiamento de projetos – Banco IDB (a)	mai/26	4,3% - 4,5% + Libor	253.541	274.121
Financiamento de projetos –Banco IFC (a)	mai/26	4,3% - 4,5% + Libor	253.541	274.121
Financiamento de projetos–Banco Santander (a)	mai/26	4,3% + Libor	73.136	79.073
HB Cabotagem:				
Cédula de Crédito Bancária – BNDES (b)	jun/32	2,5% - 3,9% + Ptax 800 BCB (USD)	474.835	472.215
HB Vila do Conde:				
Empréstimo ponte para financiamento de projeto – Banco do Brasil,Itaú, e BNDES (c)	jan/27	6,0% + TJLP	397.719	408.149
Cédula de Crédito Bancária – Itaú (d)	mar/17	3,5% + CDI	-	10.420
HB Navegação Norte:				
Empréstimo ponte para financiamento de projeto – Banco do Brasil e BNDES (e)	jun/32	2,9% - 3,9% do TJLP	295.626	248.528
HB Miritituba:				
Empréstimo ponte para financiamento de projeto – Banco da Amazônia (f)	jan/28	11,18%	205.023	190.118
Cikelsol:				
Financiamento de projetos – Banco Votorantim (j)	dez/19	3,9% + Libor	65.513	80.170
Resflir:				
Financiamento de projetos – Banco ABC (k)	jul/20	5,6% + Libor	16.887	-
Financiamento de projetos –Banco Safra	mai/19	5,0% + Libor		
Luxemburgo (l)			<u>6.679</u>	-
Subtotal			<u>2.042.500</u>	<u>2.036.915</u>
Total			<u>2.135.022</u>	<u>2.052.598</u>
Classificado como:				
Circulante			293.587	1.362.888
Não circulante			1.841.435	689.710

A movimentação dos empréstimos e financiamentos consolidados é conforme segue:

Controladas	Saldo Inicial 31/12/2016	Liberações	Juros incorridos	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Ajuste de Conversão	Variação Cambial	Saldo Final 31/12/2017
Girocantex	627.315	-	40.928	(50.272)	(45.024)	7.271	-	580.218
Cabotagem	472.215	588	15.419	(15.008)	(5.294)	-	6.915	474.835
Vila do Conde	418.569	23.251	42.478	(44.383)	(42.196)	-	-	397.719
Navegação	248.528	41.246	28.711	(12.024)	(10.835)	-	-	295.626
Miritituba	190.118	4.304	19.486	-	(8.885)	-	-	205.023
Hidroviás do Brasil	15.683	130.000	9.689	(54.956)	(7.894)	-	-	92.522
Cikelsol	80.170	-	4.705	(16.010)	(4.025)	673	-	65.513
Resflir	-	21.996	952	-	(537)	1.155	-	23.566
	2.052.598	221.385	162.368	(192.653)	(124.690)	9.099	6.915	2.135.022

Descrição dos contratos de empréstimos e financiamentos

- (a) Em 24 de julho de 2013, as controladas indiretas Girocantex e Hidrovias del Paraguay contrataram financiamento em moeda estrangeira de até US\$210.150 mil com o objetivo de financiar a construção de 8 empurradores, 144 barcas e demais custos indiretos relativos ao contrato de transporte fluvial de minério de ferro com a Vale. Os juros e principal estão sendo pagos semestralmente em 12 anos desde de novembro de 2013 e 2016.

- (b) Em 23 de dezembro de 2016, a Companhia assumiu através da sua controlada indireta HB Cabotagem, em negociação com a Log-In, o contrato de Cédula de Crédito Bancário com o BNDES, no valor total de R\$472.839, referente a aquisição de dois navios graneleiros, cujos pagamentos ocorrerão mensalmente com a liquidação final prevista para 10 de junho de 2032. Estão dados em garantia os ativos adquiridos Tucunará e Tambaqui.
- (c) Em 27 de abril de 2016, a controlada indireta HB Vila do Conde celebrou o contrato de Financiamento Mediante Repasse de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total de R\$429.850, com início de sua amortização em abril de 2017 com a finalidade de financiamento do projeto norte.
- (d) Em 18 de maio de 2016, a controlada indireta HB Vila do Conde celebrou o contrato de Cédula de Crédito Bancário com o Itaú Unibanco S.A. ("Itaú"), no valor total de R\$10.000, liquidado no primeiro trimestre de 2017 com a finalidade de cobrir despesas da operação.
- (e) Em 18 de março de 2016, a controlada indireta HB Navegação Norte celebrou o contrato de Financiamento com Recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), no valor total de R\$430.823 sendo a primeira parcela liberada no montante de R\$188.489 em 15 de julho de 2016, com início de sua amortização em março de 2018 com a finalidade de financiamento do projeto norte.
- (f) Em 26 de junho de 2016, a controlada indireta HB Miritituba celebrou o contrato de Financiamento no valor total de R\$189.266, sendo a primeira parcela liberada no montante de R\$175.962 em 15 de julho de 2016, a segunda e terceira parcelas liberadas nos montantes de R\$6.500 e R\$2.500 em 13 de setembro de 2016 e 30 de setembro de 2016, respectivamente com a finalidade de financiamento do projeto norte.
- (g) Em 23 de setembro de 2016, a Companhia celebrou o contrato de Cédula de Crédito Bancário com o Banco Pine, no valor total de R\$15.000, o qual foi liquidado em 11 de abril de 2017 com a finalidade de cobrir gastos administrativos.
- (h) Em 22 de junho de 2017, a Companhia celebrou o contrato de Cédula de Crédito Bancário com o Banco BBM, no valor total de U\$6.009 equivalente a R\$20.000, liquidado em dezembro de 2017. Em 31 de outubro de 2017, a Companhia celebrou novo contrato de Cédula de Crédito Bancário com o Banco BBM, no valor total de U\$6.009 equivalente a R\$20.000, com sua liquidação prevista para outubro de 2019 com a finalidade de cobrir gastos administrativos.
- (i) Em 21 de março de 2017, a Companhia celebrou o contrato de Cédula de Crédito Bancário com o Banco Pine, no valor total de R\$90.000, com sua liquidação prevista para 21 de outubro de 2018 com a finalidade de cobrir restrições do (project finance) no corredor norte.
- (j) Em 15 de janeiro de 2015, a controlada indireta Cikelsol contratou financiamento em moeda estrangeira equivalente a R\$94.500 (US\$35.000 mil). Os juros e o principal estão sendo pagos em 10 parcelas semestrais desde 16 de julho de 2015 com a finalidade de financiar a compra da frota.
- (k) Em 15 de março de 2017, a controlada indireta Resflir contratou financiamento em moeda estrangeira com o banco ABC equivalente a R\$15.449 (US\$5.000 mil), com sua liquidação prevista para 14 de julho de 2020.
- (l) Em 07 de novembro de 2017, a controlada indireta Resflir contratou financiamento em moeda estrangeira com o banco Safra Luxemburgo equivalente a R\$6.679 (US\$2.000 mil), com sua liquidação prevista para maio de 2019 com a finalidade de pagar os custos com reforma dos empurradores.

Os referidos instrumentos descritos na letra (d), (e), e (f), integram o financiamento estruturado (project finance) para o Projeto Norte das suas controladas HB Miritituba, HB Navegação e HB Vila do Conde, que engloba a construção de uma Estação de Transbordo de Cargas – ETC, de comboios de navegação fluvial e de um Terminal de Uso Privado – TUP, respectivamente, no Estado do Pará.

Em 23 de março de 2018 as dívidas do corredor norte e sul foram liquidadas com a emissão do Bond (vide nota explicativa nº 28).

Fiança

Em 17 de dezembro de 2013, a Hidroviás do Brasil através de suas controladoras indiretas HB Miritituba e HB Vila do Conde constituiu a garantia de execução para os projetos dos respectivos terminais por uma exigência do órgão regulador ANTAQ no valor total de R\$17.518. A vigência desta fiança está atrelada ao tempo de operação do corredor Norte.

Garantias

Os empréstimos e financiamentos possuem garantias da Hidroviás do Brasil através de avais, notas promissórias ou depósitos em contas bancárias.

Cláusulas restritivas

A Companhia, através de suas controladas, possui cláusulas restritivas contratuais atreladas a alguns financiamentos, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas com índices financeiros como cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

A controlada Girocantex possui as seguintes cláusulas:

1. Dívida financeira dividida pelo ativo total menos o passivo total, excluindo os intangíveis sendo menor que 2,0.
2. Lucro líquido somado as despesas financeiras e itens não caixa dividido pelo pagamento de principal dos últimos seis meses sendo maior ou igual a 1,3.
3. Ativo circulante menos despesas antecipadas divididas pelo passivo circulante sendo maior ou igual a 1,0.
4. Dívida financeira dividido pela soma da dívida financeira somada ao patrimônio líquido inferior a 70%.

A controlada Cikelsol possui a seguinte cláusula:

1. Geração de caixa operacional dividido pelo pagamento de principal e juros do período sendo 1,0 ou superior ao fim de cada semestre baseando nos últimos 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2017 a controlada indireta Cikelsol apresentou saldo de R\$65.513 reclassificado para o passivo circulante de empréstimos e financiamentos em decorrência do não atendimento de índice financeiro.

As controladas integrantes da Hidroviás do Brasil – Holding Norte representam o denominado “ Projeto Norte” a qual inclui as seguintes empresas controladas indiretas da Companhia: HB Holding Norte, Hidroviás do Brasil – Miritituba, Hidroviás do Brasil – Navegação Norte, Hidroviás do Brasil – Vila do Conde. Os contratos de financiamento possuem as seguintes cláusulas restritivas vigentes:

1. Manter a relação Patrimônio líquido/ativo total maior ou igual a 0,2.

2. As SPEs também possuem determinadas cláusulas relativas a “covenants” não financeiros (operacionais).

Descumprimento no atendimento de determinados “covenants” não financeiros e reapresentação em 31 de dezembro de 2016

De acordo com comunicações recebidas dos credores integrantes do Sindicato dos Bancos do Projeto Norte (Basa, BB, Itaú BBA), ocorreu o inadimplemento no cumprimento, pelas SPEs, de determinados “covenants” não financeiros, como detalhado a seguir:

- (i) As SPEs não terem realizado a entrega ao Agente Depositário, do Orçamento Anual de O&M referente ao ano-calendário de 2017 até 15 de dezembro de 2016.
- (ii) As SPEs não terem preenchidas integralmente as Contas Reservas de O&M até 31 de dezembro de 2016.
- (iii) As SPEs não terem preenchidas integralmente as Contas Reservas do Serviço da Dívida, conforme o caso, até 10 de dezembro de 2016 ou 15 de dezembro de 2016.
- (iv) As SPEs terem contratado mútuos não onerosos com a HBSA no valor agregado de R\$132.000 até R\$150.000, dependendo do banco credor.

O balanço patrimonial consolidado e respectivas notas explicativas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram reapresentados para contemplar os efeitos do descumprimento de determinados “covenants” não financeiros que resultaram na classificação de parte da dívida registrada no passivo não circulante para o passivo circulante no montante de R\$1.287.749.

Conforme carta recebida do Banco do Brasil em 14 de novembro de 2017, informando que a Administração da Companhia realizou, no dia 11 de novembro de 2016 na sede do BNDES, com participação dos demais credores integrantes do Sindicato de Bancos do Projeto Norte (Basa, BB e Itaú BBA), reunião presencial a fim de evidenciar, antes dos prazos requeridos pelos contratos de financiamento, a impossibilidade de se cumprir alguns “covenants” não financeiros, fato que iniciou em um processo de discussão com todos os credores em relação à forma mais adequada para as partes envolvidas (credores e Companhia) de como sanar as pendências apontadas. Desde essa comunicação prévia feita pela Companhia, os credores, optaram, por sua mera discricionariedade, conforme preveem os contratos de financiamento, a não acelerar o vencimento antecipado da dívida.

O processo de negociação se encerrou com a assinatura dos seguintes Acordos:

Data	Instituição financeira	Acordo de anuência
29.08.2017	Banco do Brasil	Anuência (“waiver”) para saneamento dos descumprimentos contratuais no âmbito do contrato de abertura de crédito para financiamento mediante repasse de recursos do BNDES no. 20/01156-3, e do contrato de cessão fiduciária de direitos, cessão condicional, administração de contas e outras avenças
11.09.2017	Itaú Unibanco	Anuência (“waiver”) para regularização de irregularidades no âmbito do contrato de abertura de crédito para financiamento mediante repasse de recursos do BNDES no. 20/01156-3, e do contrato de cessão fiduciária de direitos, cessão condicional, administração de contas e outras avenças

Data	Instituição financeira	Acordo de anuência
28.09.2017	BASA	Anuência ("waiver") para regularização de irregularidades no âmbito da cédula de crédito bancário no.048-15-002-2 emitida em 30.12.2015, e do contrato de cessão fiduciária de direitos, cessão condicional, administração de contas e outras avenças

O processo de negociação se encerrou com a assinatura de acordos de anuência, que resultaram no reconhecimento de "waiver fee" no montante de R\$10.585, registrado como despesas financeiras no resultado do exercício.

O quadro a seguir demonstra a reclassificação dos saldos em 31 de dezembro de 2016, , considerando os efeitos de "default" e de "cross default":

	Originalmente apresentado			Reclassificações	Reapresentado		
	Circulante	Não circulante	Total		Circulante	Não circulante	Total
Projeto Norte:							
Vila do Conde	10.000	408.569	418.569	408.569	418.569	-	418.569
Miritituba	1.152	188.966	190.118	188.966	190.118	-	190.118
Navegação Norte	-	248.528	248.528	248.528	248.528	-	248.528
Hidroviás do Brasil	15.683	-	15.683	-	15.683	-	15.683
Subtotal	26.835	846.063	872.898	846.063	872.898	-	872.898
Cabotagem (*)	30.529	441.686	472.215	441.686	472.215	-	472.215
Projeto Sul	17.775	689.710	707.485	-	17.775	689.710	707.485
Total	75.139	1.977.459	2.052.598	1.287.749	1.362.888	689.710	2.052.598

(*) "Cross default".

Vencimento das parcelas de longo prazo - consolidado

Em 31 de dezembro de 2017, os vencimentos a longo prazo, têm a seguinte composição:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
2018	199.113	109.787
2019	199.157	109.787
2020	192.329	69.702
2021	187.417	69.702
2022	187.417	69.702
2023 a 2027	832.915	261.030
2028 em diante	43.087	-
Total	1.841.435	689.710

Em 23 de março de 2018 as dívidas do corredor norte e sul foram liquidadas com a emissão do Bond (vide nota explicativa nº 28), permanecendo as dívidas da Controladora, Resflir e HB Cabotagem.

A taxa efetiva de juros das transações de empréstimos das controladas indiretas Girocantex e Hidroviás del Paraguay em 31 de dezembro de 2017 está demonstrada a seguir:

	Valor nominal	Custo da dívida	Valor líquido	Taxa de juros	Taxa efetiva
Financiamento de projetos	216.147	(35.743)	180.404	4,5% + Libor (*)	5,39%
Financiamento de projetos	87.627	(14.490)	73.137	4,3% + Libor (*)	5,15%
Financiamento de projetos	216.147	(35.743)	180.404	4,5% + Libor (*)	5,39%
Financiamento de projetos	87.627	(14.490)	73.137	4,3% + Libor (*)	5,15%
Financiamento de projetos	87.627	(14.491)	73.136	4,3% + Libor (*)	5,15%
Total	695.175	(114.957)	580.218		

(*) Contratado SWAP para Libor conforme nota explicativa 18.4.

12.1. RISCO SACADO A PAGAR

A Companhia através de suas controladas, firmou contratos de risco sacado conforme tabela abaixo. Esses contratos, substancialmente, transferem as obrigações dos credores originais aos bancos abaixo mencionados. Esses contratos não alteraram os vencimentos e os valores devidos.

Empresa	Saldo inicial	Novas operações	Mora	Amortização	Saldo final
<u>Vila do Conde</u>	21.960	42.578	4.816	(46.786)	22.568
ABC	3.779	22.390	2.262	(8.959)	19.472
FIBRA	8.291	14.225	1.849	(21.269)	3.096
BB	9.890	5.963	705	(16.558)	-
<u>Miritituba</u>	10.266	6.399	1.059	(14.013)	3.711
ABC	2.714	4.243	538	(4.548)	2.947
FIBRA	7.552	2.106	516	(9.410)	764
BB	-	50	5	(55)	-
<u>Navegação</u>	35.605	38.817	8.210	(41.857)	40.775
ABC	12.723	27.359	2.525	(24.713)	17.894
FIBRA	22.882	7.569	5.409	(12.979)	22.881
BB	-	3.889	276	(4.165)	-
	67.831	87.794	14.085	(102.656)	67.054

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de R\$67.054 esta classificado como passivo circulante.

13 OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Provisão para bônus e gratificações	7.887	7.450	10.938	9.752
Férias e encargos	1.110	1.007	6.458	3.340
INSS a recolher	678	551	3.222	2.031
IRRF a recolher	375	328	960	504
FGTS a recolher	191	21	784	135
Total	10.241	9.357	22.362	15.762

14 PROVISÃO PARA RISCOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Saldo provável	Saldo possível
Trabalhista	5.764	4.930
Cível	-	104
	5.764	5.034

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia contabilizou o montante de R\$5.764 referente a processo trabalhista na controlada indireta HB Miritituba, tendo como objeto da ação lucros cessantes, danos morais e honorários advocatícios.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia, no consolidado, possui cinquenta e três processos trabalhistas avaliados como perda possível totalizando o valor de R\$4.930, dois processos cíveis avaliados como perda possível totalizando o valor de R\$104.

Em 31 dezembro de 2017 a Companhia, possui depósitos judiciais referentes a recolhimento de PIS e COFINS de acordo com mandado de segurança, no valor de R\$ 5.230 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 3.977 em 31 de dezembro de 2016).

15 CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social é de R\$1.398.239 (R\$1.295.630 em 31 de dezembro de 2016), representado por 721.006.945 (692.483.100 em 31 de dezembro de 2016) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

A composição acionária em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 está detalhada a seguir:

Acionistas	31/12/2017		31/12/2016	
	Ações ordinárias	%	Ações ordinárias	%
P2 Brasil Infraestrutura Fundo de Investimentos em Participação	344.975.662	47,85	342.123.278	49,40
Sheares Investments B.V.	136.149.027	18,88	136.149.027	19,66
1505718 Alberta Ltd.	54.638.333	7,58	54.638.333	7,89
1505722 Alberta Ltd.	21.277.822	2,95	21.277.822	3,07
HBSA Co-Investimento - Fundo de Investimentos em Participações	60.723.647	8,42	51.216.649	7,40
BTO - Fundo de Investimento em Participações	60.723.647	8,42	51.216.649	7,40
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	24.300.352	3,37	20.495.271	2,96
International Finance Corporation (IFC)	18.218.455	2,53	15.366.071	2,22
Total	<u>721.006.945</u>	<u>100</u>	<u>692.483.100</u>	<u>100</u>

Aumentos de capital – 2017 e 2016

Em 18 de dezembro de 2017, os acionistas aportaram R\$102.657, equivalentes a 28.523.845 ações ordinárias, substancialmente para a combinação de negócios descrita na nota explicativa nº1, parte registrado como capital R\$102.609 e parte como reserva de capital R\$48 (ágio na emissão de ações).

Em 22 de novembro de 2016, os acionistas aportaram R\$224.392, equivalentes a 61.648.308 ações ordinárias, substancialmente para a combinação de negócios descrita na nota explicativa nº1, parte registrado como capital R\$223.244 e parte como reserva de capital R\$1.148 (ágio na emissão de ações).

Reserva Legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

Dividendos

Conforme o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, ajustado nos termos do inciso I do art. 202 da Lei 6.404/76.

16 RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico foi calculado com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e na respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação no exercício, conforme quadro a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro (Prejuízo) do exercício	11.693	(88.901)
Média ponderada de ações - em milhares	<u>693.499</u>	<u>637.253</u>
Lucro (Prejuízo) do exercício por lote de mil ações	<u>0,0169</u>	<u>(0,1395)</u>

Os efeitos apurados no denominador do cálculo de lucro por ação diluído oriundos do plano de pagamento baseado em ações (nota explicativa nº 19) foram considerados antidilutivos. Por este motivo, estes efeitos não foram incluídos no cálculo do exercício.

17 PARTES RELACIONADAS

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2017, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R\$14.661, sendo referente a salários e benefícios variáveis dos quais R\$13.883 referem-se a benefícios de empregados de curto prazo e R\$596 a previdência e benefícios de assistência médica (R\$12.984 em 31 de dezembro de 2016).

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores, entidades sob controle comum ou influência significativa

	Controladora				Consolidado	
	Ativos		Passivos		Passivos	
Créditos com a controladora	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Girocantex (a)	3.636	3.584	(518)	(63)	-	-
Hidroviás del Sur (b)	3.566	35	(298)	(117)	-	-
Intermediação (i)	189	-	-	-	-	-
Hidroviás do Norte (c)	<u>134.483</u>	<u>14.667</u>	<u>(442)</u>	<u>(169)</u>	-	-
Subtotal	<u>141.874</u>	<u>18.286</u>	<u>(1.258)</u>	<u>(349)</u>	-	-
Garantias e depósito caução (f)	5.483	91.232	-	-	-	-
IFC Loan (g)	-	-	-	-	253.541	274.121
BNDES (h)	-	-	-	-	<u>670.266</u>	<u>626.667</u>
Subtotal	<u>5.483</u>	<u>91.232</u>	-	-	<u>923.807</u>	<u>900.788</u>
Total	<u>147.357</u>	<u>109.518</u>	<u>(1.258)</u>	<u>(349)</u>	<u>923.807</u>	<u>900.788</u>
Circulante	<u>8.710</u>	<u>8.286</u>	<u>(1.258)</u>	<u>(349)</u>	-	-
Não circulante	<u>133.164</u>	<u>10.000</u>	-	-	-	-

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receitas (despesas):				
Girocantex	9.031	-	-	-
Variação cambial sobre depósito caução	(1.915)	1.498	(1.915)	1.498
Pátria Investimentos Ltda.(e)	-	(639)	-	(2.793)
PTLS Serviços de Tecnologia e Assistência Técnica Ltda. (d)	-	(112)	-	(112)
Subtotal	<u>7.116</u>	<u>747</u>	<u>(1.915)</u>	<u>(1.407)</u>
IFC Loan (g)	-	-	(21.803)	(24.166)
BNDES (h)	-	-	(31.576)	(3.783)
Subtotal	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(53.379)</u>	<u>(27.949)</u>
Total	<u>7.116</u>	<u>747</u>	<u>(55.294)</u>	<u>(29.356)</u>

- (a) Referem-se a gastos reembolsáveis com estruturação do financiamento para o Projeto Vale com a controlada indireta Girocantex, contratadas no Brasil.
- (b) Refere-se a gastos administrativos com a controlada direta Hidrovias del Sur.
- (c) Refere-se a gastos administrativos com a controlada indireta Hidrovias do Norte e mútuos entre as empresas.
- (d) Refere-se a prestação de serviço de assistência técnica remota, para atendimento à infraestrutura da Companhia e dos escritórios para todas as empresas do grupo no Brasil.
- (e) Refere-se a despesa de assessoria financeira para captação privada de recursos.
- (f) Conforme mencionado na nota explicativa nº7 referem-se a recursos financeiros concedidos para as controladas Girocantex e Obrinel sem cobrança de juros, os quais serão liquidados após a comprovação de performance dos ativos e conclusão das instalações portuárias. Os resultados financeiros decorrentes de variação cambial são reconhecidos no resultado do período.
- (g) Refere-se a empréstimo adquirido pela controlada indireta Girocantex com o banco IFC para o projeto Vale. (nota explicativa nº12).
- (h) Refere-se a empréstimo adquirido pelas controladas Cabotagem, HB Navegação Norte e HB Vila do Conde com o banco BNDES para o compra dos navios, e financiamento de projetos.
- (i) Refere-se a despesas operacionais com a controlada indireta Intermediação.

18 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1. Instrumentos financeiros por categoria

Todas as operações com instrumentos financeiros e derivativos estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, os valores justos estimados dos instrumentos se aproximam dos valores contabilizados, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativos:				
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e equivalentes de caixa	372	352	83.868	95.182
Títulos e valores mobiliários	79.302	140.505	105.222	167.196
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	186.119	51.915
Garantia e depósito caução	5.483	91.232	5.483	91.251
Contas a receber	-	-	76.881	23.101
Créditos com partes relacionadas	141.874	18.286	-	-
Passivos:				
Passivo pelo custo amortizado:				
Fornecedores	3.139	1.498	46.837	39.942
Risco sacado a pagar	-	-	67.054	67.831
Contas a pagar - aquisição de controladas	-	-	-	132.140
Contas a pagar com partes relacionadas	1.258	349	-	-
Empréstimos e financiamentos	92.522	15.683	2.135.022	2.052.598
Valor justo por meio do resultado:				
Instrumentos financeiros	-	-	32.902	44.396
Outras contas a pagar	18.968	947	22.318	5.151

18.2. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas, com exceção dos derivativos, são classificados como empréstimos e recebíveis e passivo pelo custo amortizado, e são substancialmente remunerados por taxas de mercado. Os valores justos desses instrumentos financeiros aproximam-se dos valores contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

18.3. Hierarquia do valor justo

Os instrumentos derivativos contratados enquadram-se no nível 2, conforme a definição de hierarquia do valor justo descrita a seguir, conforme o pronunciamento técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

- Nível 1 - avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, um corretor, um grupo de indústrias, um serviço de precificação ou uma agência reguladora e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- Nível 2 - utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). A Companhia detém instrumentos financeiros (swap) classificados no Nível 2, em que a mensuração do valor justo depende de fluxos de caixa descontados a valor presente com base em curvas que refletem os fatores apropriados de risco. Essas

curvas são traçadas principalmente com base nos preços de troca de derivativos no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior.

- Nível 3 - avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

18.4 Instrumentos financeiros derivativos

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à previsibilidade das operações e à minimização de eventuais descasamentos que possam trazer volatilidades adicionais às já contempladas no Plano de Negócios da Companhia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam operações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos é utilizada conforme definido em política interna, aprovada pela Diretoria, somente para proteção de eventuais descasamentos de taxas de câmbio e taxa de juros, sem nenhum componente de alavancagem ou de especulação, uma vez que os derivativos contratados pelas controladas possuem prazos alinhados com as respectivas obrigações (dívidas ou fluxos de pagamentos em moeda estrangeira) protegidas.

Derivativos designados para "swap" - Consolidado

Os instrumentos de proteção contratados para as dívidas de financiamento de projetos são "swaps" convencionais de "Libor 6M" para taxa fixa com o intuito de fixar os juros incorridos no fluxo de pagamento de dívidas que originalmente foram contratadas com uma taxa pós-fixada, sem nenhum componente de alavancagem ou de especulação, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. E, portanto, proteger o fluxo de pagamentos de principal e juros (objetos de proteção).

	Negociação	Vencimento	Valor nacional (US\$)	Índice	Exposição 2017 (R\$)	Exposição 2016 (R\$)	Taxa
Sumitomo Mitsui Banking Corporation New York	09/10/2013	15/05/2026	66.018	Libor	(10.908)	(14.878)	1,78%
Banco Santander Cayman	09/10/2013	15/05/2026	66.018	Libor	(11.115)	(14.855)	1,78%
Banco Itaú BBA S.A. Nassau Branch	09/10/2013	15/05/2026	66.018	Libor	(10.879)	(14.663)	1,78%
					<u>(32.902)</u>	<u>(44.396)</u>	

O valor justo referente aos saldos desses instrumentos está apresentado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Sumitomo Mitsui Banking Corporation New York	(10.908)	(14.878)
Banco Santander Cayman	(11.115)	(14.855)
Banco Itaú BBA S.A. Nassau Branch	(10.879)	(14.663)
Total	<u>(32.902)</u>	<u>(44.396)</u>
Circulante	(10.248)	(14.464)
Não circulante	(22.654)	(29.932)

Em 31 de dezembro de 2017, como resultado das operações descritas acima, as controladas possuem um saldo passivo de R\$32.902 (R\$44.396 em 31 de dezembro de 2016).

Movimentação dos derivativos

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo inicial	44.396	66.020
Efeito reconhecido no resultado por pagamento de hedge	(14.370)	(13.420)
Ajustes de conversão	<u>2.876</u>	<u>(8.204)</u>
Saldo final	<u>32.902</u>	<u>44.396</u>

18.5. Gerenciamento de riscos

Gerenciamento de risco financeiro*Visão geral*

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas e taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da Administração, que atua ativamente na gestão operacional.

A Companhia tem como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora; essa prática tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Alta Administração são:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de taxas de câmbio
- Risco de taxa de juros

A seguir apresentamos informações sobre a exposição da Companhia e de suas controladas a cada um desses riscos, os objetivos, as práticas e os processos para mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital.

Estrutura de gerenciamento de risco*Risco de crédito*

É o risco de a Companhia sofrer prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados, em sua grande maioria, por clientes recorrentes e por aplicações financeiras.

De forma geral, o direcionamento dos negócios é tratado em reuniões de comitê para tomadas de decisão. Há acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros que representam exposição máxima ao risco de crédito nas datas das demonstrações financeiras são:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa	372	352	83.868	95.182
Contas a receber	-	-	76.881	23.101
Títulos e valores mobiliários	79.302	140.505	105.222	167.196
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	186.119	51.915

Risco de liquidez

É o risco de que a Companhia e suas controladas possam eventualmente encontrar dificuldades em cumprir obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista.

A abordagem no gerenciamento do risco de liquidez é garantir o pagamento das obrigações, motivo pelo qual há o objetivo de manter disponibilidade em caixa para cumprimento das obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou o risco de prejudicar a reputação da Companhia e de suas controladas.

A Companhia e suas controladas trabalham alinhando disponibilidade e geração de recursos a fim de cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

O vencimento baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas possuem as respectivas obrigações:

	Consolidado			
	31/12/2017			
	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Garantia depósito caução (nota explicativa nº 7)	-	457	457	4.569
Fornecedores (nota explicativa nº 11)	46.837	-	-	-
Risco Sacado (nota explicativa nº 12.1)	67.054	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (*)	403.442	358.836	378.628	2.363.850
Instrumento Financeiro (nota explicativa nº 18)	10.248	1.888	1.888	18.878

(*) Os empréstimos e financiamentos foram liquidados em 23 março de 2018 conforme nota explicativa nº 28)

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e por suas controladas. A única transação que sofre oscilação é na HB Cabotagem.

A Administração analisa e acompanha as suas exposições para a tomada de decisão na contratação de instrumentos de proteção das respectivas exposições em moeda estrangeira. Os instrumentos de proteção utilizados para gerenciar as exposições são estabelecidos pela Administração, compartilhadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, de forma que esses instrumentos não sejam de caráter especulativo nem possam eventualmente gerar algum risco adicional àqueles inerentes aos propósitos a que originalmente se propõem.

Risco de taxa de juros

Valor contábil dos instrumentos financeiros que representam a exposição ao risco de taxas de juros:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016 (Reapresentado)
Ativos:				
Caixa e equivalentes de caixa	372	352	83.868	95.182
Títulos e valores mobiliários	79.302	140.505	105.222	167.196
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	186.119	51.915
Contas a pagar – aquisição de controlada	-	-	-	132.140
Risco sacado a pagar	-	-	67.054	67.831
Empréstimos e financiamentos	92.522	15.683	2.135.022	2.052.598

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Variação das taxas de juros e taxas de câmbio

Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data-base 31 de dezembro de 2017, foram definidos três cenários diferentes.

A Companhia preparou 3 cenários de análise de sensibilidade. O cenário I considera as taxas de juros futuros observadas na data base das demonstrações financeiras e os cenários II e III consideram uma apreciação de 25% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada.

A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2017, projetando os índices para um ano e verificando a respectiva sensibilidade em cada cenário:

Instrumentos financeiros	Risco	Taxa estimada	Total	I	II	III
Títulos e valores mobiliários	Selic	7,00%	105.222	7.366	5.524	3.683
Aplicação financeira vinculada	Selic	7,00%	186.119	13.028	9.771	6.514
Garantia depósito caução	Selic	7,00%	5.483	384	288	192
<u>Empréstimos e financiamentos</u>						
Financiamento de projetos	Libor	1,84%	669.297	12.295	15.369	18.442
Empréstimo para financiamento de projeto	TJLP	7,00%	397.719	27.840	34.800	41.760
Empréstimo para financiamento de projeto e cédula de crédito bancária	CDI	7,00%	593.171	41.522	51.902	62.283

Variação cambial

Para verificar a sensibilidade da exposição cambial líquida à qual a Companhia e suas controladas estavam expostas em 31 de dezembro de 2017, foram definidos cenários diferentes. Os cenários I e II considera uma deterioração e apreciação de 25% e 50% de taxa de câmbio, respectivamente, conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08.

	Risco	Taxa estimada	31/12/2017	Cenário		
				I	II	III
Cédula de Crédito Bancária	USD	3,33	474.836	477.994	597.492	721.759
Variação Cambial				3.158	122.656	246.923

18.6. Gestão de capital

A política da Administração da Companhia é manter uma sólida estrutura de capital para manter a confiança dos investidores, credores e clientes de mercado, mantendo o desenvolvimento futuro do negócio.

A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de alavancagem financeira (empréstimos) e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital equilibrada.

A dívida da Companhia para a relação do patrimônio líquido final de 31 de dezembro de 2017 e de 31 de dezembro de 2016 é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Total dos passivos circulante e não circulante	(143.627)	(33.373)	(2.366.773)	(2.374.784)
Caixa e equivalentes de caixa	372	352	83.868	95.182
Títulos e valores mobiliários	79.302	140.505	105.222	167.196
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	186.119	51.915
Sobra (insuficiência) líquida de caixa	(63.953)	107.484	(1.991.564)	(2.060.491)
Patrimônio líquido	1.319.431	1.180.830	1.319.431	1.180.830
Relação entre patrimônio e a sobra (insuficiência) líquida de caixa	(45%)	9%	(151%)	(174%)

(*) Os empréstimos e financiamentos foram liquidados em março de 2018 conforme nota explicativa nº 28)

19 PROGRAMA DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Em 7 de dezembro de 2010, foram aprovados por meio de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia os termos do Plano de Outorga de Opções de Ações ("Plano"), que tem por objeto a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia a administradores da Companhia e profissionais estratégicos, com o objetivo principal de atração e retenção desses profissionais. Os participantes indicados, observadas as regras e condições definidas a cada programa, receberão a oferta da opção de compra de ações em número definido pelo Conselho de Administração, e cada opção de compra atribui ao seu titular o direito à aquisição de uma ação ordinária de emissão da Companhia, nos termos e nas condições do Plano e dos programas aprovados.

A Companhia reconheceu as opções de ações outorgadas como reserva de capital com contrapartida no resultado proporcionalmente às vigências dos contratos, registrando o montante acumulado de R\$8.150 (31 de dezembro de 2016 o montante acumulado de R\$5.063) sendo R\$3.087 referente ao exercício de 2017 (31 de dezembro de 2016 o montante acumulado de R\$250). Como determina o pronunciamento técnico CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, o valor justo das opções foi determinado na data da outorga e está sendo reconhecido pelo exercício de aquisição do direito ("vesting period").

O valor justo das opções é estimado na data de concessão, com base no modelo "Black-Scholes" de precificação das opções que considera os prazos e as condições da concessão dos instrumentos.

Para cálculo da taxa livre de risco baseia-se na curva futura do "DI x Pré" da BMF&Bovespa.

Detalhes das opções outorgadas

Plano/Programa	"Vesting"	Data limite para exercício	Preço exercício (em R\$) (*)	Outorgadas	Exercidas	Cancelada/expiradas	Em aberto	Valor justo (em R\$) (**)
2010/1ª	07/12/2011	07/12/2020	1	500.000	-	-	500.000	1,13
2010/1ª	07/12/2012	07/12/2020	1	500.000	-	-	500.000	1,27
2010/1ª	07/12/2013	07/12/2020	1	500.000	-	-	500.000	1,43
2010/1ª	07/12/2014	07/12/2020	1	500.000	-	-	500.000	1,61
Total Plano de 2010				2.000.000	-	-	2.000.000	
Plano/Programa	"Vesting"	Data limite para exercício	Preço exercício (em R\$) (*)	Outorgadas	Exercidas	Cancelada/expiradas	Em aberto	Valor justo (em R\$) (**)
2011/1ª	10/05/2012	10/05/2021	1	25.000	-	-	25.000	1,17
2011/1ª	10/05/2013	10/05/2021	1	25.000	-	-	25.000	1,31
2011/1ª	10/05/2014	10/05/2021	1	25.000	-	-	25.000	1,47
2011/1ª	10/05/2015	10/05/2021	1	25.000	-	-	25.000	1,65
Total Plano de 2011				100.000	-	-	100.000	
Plano/Programa	"Vesting"	Data limite para exercício	Preço exercício (em R\$) (*)	Outorgadas	Exercidas	Cancelada/expiradas	Em aberto	Valor justo (em R\$) (**)
2012/1ª	25/05/2013	25/05/2022	1,14	338.750	-	-125.000	213.750	1,37
2012/1ª	25/05/2014	25/05/2022	1,14	338.750	-	-125.000	213.750	1,54
2012/1ª	25/05/2015	25/05/2022	1,14	338.750	-	-125.000	213.750	1,73
2012/1ª	25/05/2016	25/05/2022	1,14	338.750	-	-157.500	181.250	1,93
2012/2ª	10/08/2013	25/05/2022	1,28	100.000	-	-	100.000	1,56
2012/2ª	10/08/2014	25/05/2022	1,28	100.000	-	-	100.000	1,75
2012/2ª	10/08/2015	25/05/2022	1,28	100.000	-	-	100.000	1,98
2012/2ª	10/08/2016	25/05/2022	1,28	100.000	-	-	100.000	2,23
Total Plano de 2012				1.755.000	-	-532.500	1.222.500	
Plano/Programa	"Vesting"	Data limite para exercício	Preço exercício (em R\$) (*)	Outorgadas	Exercidas	Cancelada/expiradas	Em aberto	Valor justo (em R\$) (**)
2013/1ª	26/02/2014	26/02/2023	1,41	275.234	-	-35.400	239.834	1,77
2013/1ª	26/02/2015	26/02/2023	1,41	275.234	-	-35.400	239.834	2,01
2013/1ª	26/02/2016	26/02/2023	1,41	275.233	-	-65.490	209.743	2,25
2013/1ª	26/02/2017	26/02/2023	1,41	275.233	-	-65.490	209.743	2,54
Total Plano de 2013				1.100.934	-	-201.780	899.154	
Plano/Programa	"Vesting"	Data limite para exercício	Preço exercício (em R\$) (*)	Outorgadas	Exercidas	Cancelada/expiradas	Em aberto	Valor justo (em R\$) (**)
2014/1ª	31/03/2015	31/03/2024	1,68	555.750	-	-4.500	551.250	2,2
2014/1ª	31/03/2016	31/03/2024	1,68	555.750	-	-4.500	551.250	2,47
2014/1ª	31/03/2017	31/03/2024	1,68	555.750	-	-27.000	528.750	2,8
2014/1ª	31/03/2018	31/03/2024	1,68	555.750	-	-27.000	528.750	3,15
Total Plano de 2014				2.223.000	-	-63.000	2.160.000	
Plano/Programa	"Vesting"	Data limite para exercício	Preço exercício (em R\$) (*)	Outorgadas	Exercidas	Cancelada/expiradas	Em aberto	Valor justo (em R\$) (**)
2016 A/1ª	27/07/2016	31/03/2025	3,64	891.779	-	-	891.779	-
2016 A/1ª	31/03/2017	31/03/2025	3,64	891.779	-	-	891.779	0,93
2016 A/1ª	31/03/2018	31/03/2025	3,64	891.778	-	-	891.778	1,06
2016 A/1ª	31/03/2019	31/03/2025	3,64	891.778	-	-	891.778	1,14
Total Plano de 2016 A				3.567.114	-	-	3.567.114	
Plano/Programa	"Vesting"	Data limite para exercício	Preço exercício (em R\$) (*)	Outorgadas	Exercidas	Cancelada/expiradas	Em aberto	Valor justo (em R\$) (**)
2016 B/1ª	31/03/2017	31/03/2026	3,48	731.105	-	-	731.105	1,06
2016 B/1ª	31/03/2018	31/03/2026	3,48	731.105	-	-	731.105	1,17
2016 B/1ª	31/03/2019	31/03/2026	3,48	731.105	-	-	731.105	1,24
2016 B/1ª	31/03/2020	31/03/2026	3,48	731.105	-	-	731.105	1,3
Total Plano de 2016 B				2.924.420	0	0	2.924.420	

(*) Valor de exercício na data da outorga. O preço do exercício é corrigido pelo IPCA acrescido de 7% ao ano.

(**) Valor justo na data da outorga.

20 COMPROMISSOS E GARANTIAS

Como parte da estratégia de negócios, celebramos um contrato de longo prazo com os nossos clientes com requisitos mínimos de volume e taxas fixas de frete. A execução de novo contrato a longo prazo com clientes tende a ter efeito positivo significativo em nossa receita líquida enquanto a perda de um contrato material existente teria o efeito oposto.

A controlada Hidroviás do Brasil - Vila do Conde S.A., dentro das obrigações assumidas no contrato de compra e venda com a KF de Menezes Consultoria Logística, do terreno para a instalação do Terminal Portuário de Uso Privativo (TUP), localizado na cidade de Barcarena, Estado do Pará, assumiu a obrigação de R\$15.000 atualizado para R\$18.000 e corrigido pelo IPC e estão sendo pagos de forma parcelada desde novembro de 2016 e término em maio de 2019.

A Companhia possui contratos de longo prazo com os seguintes clientes:

1. VALE, no Corredor Sul, com validade de 25 anos a partir de março de 2014.
2. SODRU, no Corredor Sul, com validade de 8 anos a partir de fevereiro de 2014 e com validade de 10 anos a partir de fevereiro de 2017.
3. NIDERA, no Corredor Sul e Norte, com validade de 5 anos a partir de agosto de 2014 e com validade de 10 anos a partir de 2016 (estendido para 2031), respectivamente,.
4. NOBLE, no Corredor Norte, com validade de 10 anos a partir de 2016.
5. MULTIGRAIN, no Corredor Norte, com validade de 10 anos a partir de 2016.
6. ALLUNORTE, no Corredor Norte, com validade de 25 anos a partir de 2010.

A partir de março de 2016, a controlada indireta HB Navegação Norte firmou contratos de arrendamento operacional dos empurradores Don Antonio de propriedade da controlada indireta Pricolpar S.A. e Draco controlada indireta Cikelsol S.A., por 36 meses (2019).

Em novembro de 2016, a controlada indireta HB Navegação Norte firmou contratos de arrendamento operacional dos empurradores Hydra e Aquarius de propriedade da controlada indireta Girocantex S.A., por 12 meses (2017), renovado em agosto de 2017 com vigência até setembro de 2018.

21 RECEITA

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Corredor Sul (a):		
Serviços de transporte	307.444	293.620
Corredor Norte:		
Serviços de elevação	113.946	58.373
Serviços de transbordo	60.413	17.837
Serviços de navegação	186.146	34.899
Serviços de intermediação	16.562	248
Serviços de cabotagem	147.708	3.893
Subtotal	524.775	115.250
Total da receita bruta	832.219	408.870
ISS	(9.288)	(2.290)
PIS	(4.752)	(968)
COFINS	(19.468)	(4.457)
ICMS	(8.139)	(8.556)
Subtotal dos impostos	(41.647)	(16.271)
Total da receita líquida	790.572	392.599

- a) O Corredor Sul tem isenção de impostos sobre faturamento nas empresas do Uruguai devido a atividade comercial da Companhia e no Paraguai estão isentas de recolhimento de impostos para as cargas com destino de exportação e as demais cargas sofrem tributação de 10% de imposto de renda.

22 CUSTOS E DESPESAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Salários, encargos e benefícios	(31.474)	(27.946)	(127.899)	(84.562)
Depreciações e amortizações	(4.037)	(4.158)	(131.364)	(88.498)
Manutenção	(11)	(65)	(23.330)	(10.776)
Seguros	(52)	(60)	(14.641)	(12.475)
Combustível	-	-	(78.447)	(34.393)
Serviços de terceiros	(13.460)	(9.233)	(36.892)	(23.669)
Aluguéis	(1.296)	(1.197)	(14.273)	(6.963)
Fretes	(50)	(80)	(1.515)	(1.121)
Viagens e passagens	(1.264)	(1.785)	(6.446)	(3.805)
Amarradeiro	-	-	(14.158)	(14.127)
Copa e cozinha	(31)	(42)	(6.221)	(3.994)
Agenciadores	-	-	(29.936)	(3.542)
Operacionais e segurança	-	-	(12.167)	(5.612)
Taxas diversas	(346)	(511)	(3.598)	(3.441)
Materiais operacionais	-	-	(7.492)	(288)
Renovação de bandeira	-	-	(2.223)	(3.010)
Equivalência patrimonial	74.214	(32.499)	(11.304)	(14.761)
Processos judiciais	-	-	(5.764)	-
Outras (despesas) receitas	9.031	(1.744)	(13.670)	(7.287)
Total	31.224	(79.320)	(541.340)	(322.324)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Classificados como:				
Custos dos serviços prestados	-	-	(451.931)	(238.843)
Salários, encargos e benefícios	(31.253)	(27.837)	(37.759)	(33.873)
Gerais e administrativas	(3.394)	(5.932)	(16.507)	(15.634)
Serviços profissionais	(13.337)	(8.894)	(18.814)	(14.106)
Depreciações e amortizações	(4.037)	(4.158)	(5.025)	(5.107)
Resultado de equivalência patrimonial	74.214	(32.499)	(11.304)	(14.761)
Outras receitas operacionais	9.031	-	-	-
Total	<u>31.224</u>	<u>(79.320)</u>	<u>(541.340)</u>	<u>(322.324)</u>

23 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receitas:				
Rendimento de aplicações financeiras	7.528	10.450	11.706	11.383
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	(515)	(1.199)	(796)	(1.249)
Atualizações monetárias e cambiais	7.570	15.222	60.100	18.010
Outras	904	133	952	206
Total	<u>15.487</u>	<u>24.606</u>	<u>71.962</u>	<u>28.350</u>
Despesas:				
Encargos de empréstimos e financiamentos	(9.689)	(691)	(162.368)	(124.405)
Mora	-	-	(14.083)	(6.113)
Multa financeira	-	-	(10.585)	-
Atualização monetárias e cambiais	(7.096)	(32.661)	(68.893)	(20.103)
"Hedge" de fluxo de caixa	-	-	(14.370)	(13.420)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(3.910)	(534)	(7.378)	(12.487)
Outras	(2.337)	(301)	(9.295)	(8.962)
Total	<u>(23.032)</u>	<u>(34.187)</u>	<u>(286.972)</u>	<u>(185.490)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(7.545)</u>	<u>(9.581)</u>	<u>(215.010)</u>	<u>(157.140)</u>

24 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os tributos sobre o lucro no Brasil compreendem o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro. A alíquota estatutária aplicável nos exercícios apresentados é de 34%. Em outros países as operações da Companhia estão sujeitas a outras taxas dependendo da jurisdição. O total de tributos sobre o lucro demonstrado no resultado do exercício está reconciliado com as alíquotas estabelecidas pela legislação, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	23.679	(88.901)	34.222	(86.865)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL de acordo com as alíquotas vigentes	8.051	30.226	11.635	29.534
Ajustes permanentes:				
Despesas indedutíveis	-	-	1	-
Outros benefícios a funcionários	(9)	(32)	441	-
Brindes	-	(4)	-	(14)
Equivalência patrimonial	(25.233)	(11.050)	3.843	(5.019)
Outros	-	-	3	(439)
Resultado das empresas do exterior tributadas a alíquotas diferentes às da controladora	30.098	15.223	30.098	15.223
Ajustes temporários:				
"Stock options"	(1.044)	(85)	(1.044)	(85)
Tributos exigibilidade suspensa	(175)	(408)	175	(408)
Provisão para fornecedores	-	186	2.598	556
Variação cambial não realizada	-	-	3.691	-
Provisão contingência trabalhista	-	-	1.960	-
Provisão de receita	-	-	(13.088)	-
Outras provisões	(211)	-	-	(612)
Bônus	3.033	(1.870)	(3.461)	(2.253)
Compensação do prejuízo fiscal 30%	(5.146)	-	(5.146)	-
Efeito dos prejuízos fiscais não utilizados e das compensações tributárias não reconhecidas como diferido	(5.245)	(32.186)	(30.754)	(38.958)
Despesa de IRPJ e CSLL diferido debitada/creditado ao resultado do exercício	-	-	643	-
Despesa de IRPJ e CSLL corrente debitada ao resultado do exercício	(11.984)	-	(23.170)	(2.036)
Alíquota efetiva	(51%)	-	(66%)	2%

25 INFORMAÇÃO POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

A segregação dos segmentos operacionais da Companhia é baseada na estrutura interna das demonstrações financeiras e da Administração e é efetuada por meio da segmentação de negócio.

Contas de resultado

	Corredor Norte 31/12/2017	Corredor Sul 31/12/2017	Holding 31/12/2017	Eliminações	Total 31/12/2017
Receita líquida de serviços	486.107	312.753	-	(8.288)	790.572
Custo dos serviços prestados	(310.930)	(148.736)	-	7.735	(451.931)
Despesas operacionais	(18.018)	(17.658)	(42.990)	561	(78.105)
Resultado financeiro líquido	(142.480)	(64.985)	(7.545)	-	(215.010)
Equivalência patrimonial	-	(12.427)	74.214	(73.091)	(11.304)
Imposto de renda	(10.543)	-	(11.986)	-	(22.529)
Prejuízo do exercício	4.136	68.947	11.693	(73.083)	11.693

	Corredor Norte 31/12/2016	Corredor Sul 31/12/2016	Holding 31/12/2016	Eliminações	Total 31/12/2016
Receita líquida de serviços	98.979	293.620	-	-	392.599
Custo dos serviços prestados	(96.880)	(141.151)	-	(812)	(238.843)
Despesas operacionais	(11.433)	(10.494)	(46.821)	28	(68.720)
Resultado financeiro líquido	(84.397)	(63.161)	(9.581)	(1)	(157.140)
Equivalência patrimonial	-	(14.761)	(32.499)	32.499	(14.761)
Imposto de renda	(1.324)	(712)	-	-	(2.036)
Prejuízo do exercício	(95.055)	63.341	(88.901)	31.714	(88.901)

Contas patrimoniais

	Corredor Norte 31/12/2017	Corredor Sul 31/12/2017	Holding 31/12/2017	Eliminações	Total 31/12/2017
Ativo circulante	122.574	117.101	95.494	(17.111)	318.058
Ativo não circulante	2.149.827	1.166.971	1.367.564	(1.316.216)	3.368.146
Total do ativo	2.272.401	1.284.072	1.463.058	(1.333.327)	3.686.204
Passivo circulante	218.960	170.826	130.012	(17.114)	502.684
Passivo não circulante	1.427.844	555.795	13.615	(133.165)	1.864.089
Patrimônio líquido	625.597	557.451	1.319.431	(1.183.048)	1.319.431
Total do passivo e patrimônio líquido	2.272.401	1.284.072	1.463.058	(1.333.327)	3.686.204

	Corredor Norte 31/12/2016	Corredor Sul 31/12/2016	Holding 31/12/2016	Eliminações	Total 31/12/2016
Ativo circulante	86.044	179.387	168.359	(94.269)	339.521
Ativo não circulante	1.970.352	1.123.000	1.045.844	(923.103)	3.216.093
Total do ativo	2.056.396	1.302.387	1.214.203	(1.017.372)	3.555.614
Passivo circulante	1.563.521	42.815	33.373	(12.124)	1.627.585
Passivo não circulante	29.110	806.636	-	(88.547)	747.199
Patrimônio líquido	463.765	452.936	1.180.830	(916.701)	1.180.830
Total do passivo e patrimônio líquido	2.056.396	1.302.387	1.214.203	(1.017.372)	3.555.614

26 TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as seguintes transações não caixa da Companhia e suas controladas apresentaram:

- Adições ao imobilizado com provisão de fornecedores de R\$15.955 (R\$14.441 em 31 de dezembro de 2016) no consolidado.
- Os efeitos da aquisição dos ativos da Log-In estão descritos em nota explicativa nº1.

27 COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantém a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos visando cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades envolvendo as suas instalações operacionais, embarcações e barcas e, também, para os riscos de engenharia e obras dos projetos, responsabilidade civil e danos materiais. A importância segurada em 31 de dezembro 2017 e de 2016 é como segue:

	2017	2016
Riscos operacionais		
Operador portuário	627.054	620.916
Risco de engenharia	-	519.650
Riscos de obras	-	20.000
Casco/máquinas e responsabilidade civil (embarcações a casco nu)	1.598.279	1.964.361
Incêndio, raio, explosão, danos elétricos, vendavais e alagamentos	5.000	3.200

28 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 05 de janeiro de 2018, a Companhia assinou determinados aditivos contratuais do sistema norte relativos a cláusulas comerciais com clientes.

Em 09 janeiro de 2018 foi constituída a subsidiária Hidroviás International Finance S.à r.l. sediada em Luxemburgo com objeto social de gestão da dívida captada. O capital social é de €12, e sua criação foi para possibilitar a emissão do bond que ocorreu em 24 de janeiro de 2018, no montante total de U\$ 600.000, com a finalidade de captação de recursos para liquidação das atuais dívidas do corredor norte e sul com a redução dos custos financeiros e maior eficiência de fluxo de caixa.

Em 23 de março de 2018 a Companhia e suas controladas HB Vila do Conde, HB Miritituba, HB Navegação Norte, Girocantex, Cikelsol realizaram a quitação antecipada das dívidas no montante de R\$1.611.317, através da entrada de recursos advindos da emissão do bond. As seguintes instituições foram objeto da quitação Banco do Brasil, Banco Santander, Banco Itaú, BNDES, IFC, IDB, Banco da Amazônia, Banco Votorantim, Sumitomo. As demais dívidas com exceção da controlada Cabotagem, serão liquidadas até seus respectivos vencimentos.

29 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 29 de março de 2018.